



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

02 de Setembro 2014



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 02/09/2014
Assunto: Qualidade		Página: Online



A PORTA DE SAÍDA DA ESCOLA

Pesquisadoras Mariana Calife e Tufi Machado Soares apontam qualidade da aula e do professor como fatores cruciais para evitar a evasão de alunos

Fonte: Revista Profissão Mestre

Segundo dados do Censo escolar, mais de 1,5 milhão de estudantes deixaram a escola em 2012. No ensino médio, foram cerca de 10% dos estudantes. O censo mostrou também que um terço dos alunos do ensino médio está dois anos ou mais acima da idade adequada para a série que estava cursando, percentual que se manteve no ano passado. Com base nesse cenário, os pesquisadores Mariana Calife e Tufi Machado Soares, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), promoveram um estudo com 3.365 jovens para entenderem os motivos que levam à evasão escolar. Os resultados foram apresentados durante o Encontro Internacional de Educação Salamundo 2013, que aconteceu em Curitiba.

Segundo os pesquisadores, o incentivo dos pais é um fator importante para a permanência do estudante na escola. A qualidade da aula e do professor também é crucial. “E o que seria um mau professor na opinião do estudante? Aquele que enche o quadro de matéria”, alerta Mariana. Tufi Soares destaca a relevância, para o estudante, da motivação e do autocontrole nesse processo. Confira a entrevista exclusiva que os pesquisadores concederam à Profissão Mestre sobre o estudo.

Profissão Mestre: O estudo sobre evasão detectou vários fatores possíveis do abandono do ensino médio por parte dos alunos. Quais são eles?

Mariana Calife: São vários. Alguns fatores estão ligados diretamente aos alunos, à escola ou à família. Por exemplo, o incentivo dos pais é um fator importante para a permanência do estudante [na escola]. Pelos depoimentos obtidos no estudo, fica claro: “Por que você vai à escola? Porque minha mãe manda ou porque meu pai manda”. E, embora exista um discurso de que o pai acompanha o aluno, isso acontece só no início; depois, ele some. Mas é fundamental estar presente e cobrar: “Menino, você tem que ir para a aula. Você está em casa jogando videogame? Não, desliga tudo, você vai para a escola, tem que ir. O dever está pronto?”. Há fatores ligados ao docente: quando os professores passam deveres e os corrigem, a proficiência do aluno também melhora. Outro fator identificado foi a má qualidade do professor. E o que



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

seria um mau professor na opinião do estudante? Aquele que enche o quadro de matéria. Não tem nada na aula dele que interessa.

Profissão Mestre: E em relação ao próprio aluno?

Mariana: Fatores socioeconômicos, de cor e de idade são alguns elementos que influenciam o processo de abandono escolar. No caso da idade, o corte é muito impressionante: o aluno está na escola, com dificuldades, reprovando. Quando chega ao ensino médio, o que acontece? Às vezes, ele está com quase 17 anos e, nessa idade, ele já arruma “bico” de tudo quanto é lado. A escola é o que menos atrai esse garoto. E, aos 18 anos, você perdeu esse aluno. Mais tarde, o que vai acontecer: [o jovem] arranhou emprego, com carteira assinada, mas não terminou o ensino médio? Então vai “carregar caixa” pelo resto da vida. Aí é quando a escola volta a ter valor e ele acaba terminando os estudos com as provas do supletivo [educação de jovens e adultos].

Profissão Mestre: O trabalho é um fator determinante para o abandono do ensino médio?

Tufi Machado Soares: Não é o trabalho. Para alguns, o trabalho pode ser até incentivador, mas, quando combinado a outros fatores, ele é um motivador muito relevante para o abandono. Um deles é a questão social. O aluno vem de uma baixa condição socioeconômica, já tem um atraso escolar muito alto e chega ao fim do ensino fundamental com um baixo nível de proficiência. Quando chega ao ensino médio, ele já está em uma idade avançada, alguns com mais de 18 anos, então tem a necessidade de trabalhar. Ele não vai trabalhar porque escolhe ou prefere trabalhar a ir à escola, mas porque precisa. Além disso, há outras variáveis não cognitivas envolvidas, como motivação e autocontrole. São essas variáveis combinadas que vão produzir o desejo de abandonar [a escola].

Profissão Mestre: Os estudantes que participaram do estudo citaram que um dos fatores que os desanimam em relação à escola é a grande quantidade de conteúdo, sem que eles vejam a importância prática dele – o que vocês chamam de congestionamento curricular. Há uma saída para isso?

Tufi Soares: Introduzimos muitos componentes curriculares no ensino médio ao longo dos anos na esperança de que, ao introduzirmos mais disciplinas, mais temas a serem tratados, nós melhoraríamos a formação dos alunos. Mas estamos exigindo cada vez mais de um sistema em que eles já não conseguem aprender adequadamente. Precisamos chegar a uma conclusão do que é essencial – o que não pode deixar de faltar para aprender. Sabemos que os alunos não estão aprendendo esse mínimo. Precisamos ser um pouco menos ambiciosos no que desejamos para garantirmos um mínimo de qualidade de aprendizado para todos. E sermos um pouco mais flexíveis. Como eu disse: à medida que o indivíduo vai ficando mais velho, as necessidades e os interesses vão se diversificando. É muito difícil você oferecer uma educação para realidades muito diferentes.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Profissão Mestre: As respostas dos estudantes indicam que a mudança no formato das aulas atrairia mais os alunos para a escola?

Tufi Soares: As escolas, de alguma maneira, têm que fazer essa flexibilização, essa adaptação, para atenderem a esses diferentes perfis de alunos, desde aqueles que não gostam da aula até os alunos que querem fazer vestibular. Precisamos, de alguma maneira, ser capazes de juntar esses diferentes interesses e oferecer oportunidades específicas.

Profissão Mestre: Pelos depoimentos apresentados, os alunos parecem se sentir pouco valorizados. “O professor não me compreende, não estimula, não entende minha dificuldade”. Essa questão também foi levantada na pesquisa?

Tufi Soares: Isso é fundamental para todo ser humano. Você observa que um pouco de estresse e desafio é bom. Mas um pouco de motivação e carinho também é importante. Todos os alunos precisam disso, de uma maneira ou de outra. A gente precisa estar atenta a esse tipo de necessidade. É o que a gente chama de variáveis não cognitivas, que interferem no aprendizado e na melhoria das variáveis cognitivas. Elas são importantíssimas, ao longo de toda a vida, inclusive e principalmente na vida de um adolescente.

Profissão Mestre: Essa falta de empatia pode estar relacionada a problemas na formação do professor?

Mariana: Tem-se verificado que muitos professores têm dificuldade de dar aula por virem da faculdade com um foco de pesquisador, de acadêmico. E esse docente não sabe dar aula. Por exemplo, um professor de Física às vezes se torna uma pessoa que não consegue valorizar o aluno, porque só consegue dar aula se a sala estiver quieta. Mas para a sala ficar quieta, ele precisa de outras habilidades, que nem sempre tem. Eles cumpriram boas disciplinas de pedagogia para serem licenciados, mas não têm o domínio da sala de aula, do quadro, dos alunos, do tempo de aula.

Profissão Mestre: Em sua opinião, as avaliações externas, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), trazem uma radiografia confiável das escolas? O senhor acredita que essas avaliações podem ser usadas para melhoria da escola?

Tufi Soares: Com certeza. A primeira finalidade das avaliações é causar desconforto nas pessoas, mostrar que algo não está bem e que alguma coisa precisa ser feita. E os primeiros a serem cobrados são os secretários de Educação, os gestores de Educação. Depois são os professores, os pais dos alunos e, finalmente, os próprios alunos. Acho que as avaliações em larga escala têm cumprido esse papel. E os resultados têm sido observados pela melhoria nos níveis de proficiência nos primeiros anos do ensino fundamental, principalmente. Nos anos finais do ensino fundamental, esse crescimento tem sido menos pronunciado. E, no ensino médio, praticamente não há movimento algum nesse sentido. A esperança é que o Enem, ao tornar-se uma entidade nacional, utilizado para o ingresso no ensino superior – que é a grande aspiração da maioria dos alunos –, possa melhorar a qualidade nas escolas, principalmente nas públicas. As



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

escolas privadas, em grande parte, já adaptavam seu ensino aos vestibulares e, agora, estão se adaptando ao Enem. Elas reagem muito rápido. A nossa esperança é que o Enem estimule as escolas públicas a fazerem o mesmo. Acredito que, sim, as avaliações têm um papel importante para a melhoria e o monitoramento da qualidade de ensino.

Profissão Mestre: E os professores estão abertos a essas avaliações, tanto de provas externas quanto das opiniões dos próprios alunos, como as levantadas na pesquisa?

Mariana: Esses resultados deveriam ser discutidos para se repensar como essas avaliações repercutem na aula dada. E aí a gente lida com uma caixa preta, porque os professores são resistentes a repensar a aula. Eles já têm seus métodos. De repente, eles têm essa visão: "Você está dizendo que meus alunos não estão aprendendo e que você, de fora, sabe por que eles não aprendem". A gente ainda encontra muita resistência. Toda negociação com professores é difícil, é preciso saber como abordá-los e ouvir o que eles têm a dizer. Muitas vezes, o que os docentes querem as avaliações não oferecem. O gestor tem que ter outros mecanismos além da avaliação, outros indicadores que ele possa levantar e trabalhar com os professores. A gente sabe que um gestor eficaz faz toda diferença no processo.

Profissão Mestre: O ensino integral pode ser uma opção para o ensino médio?

Mariana: O ensino integral é muito positivo para aquele aluno que pode ficar para estudar. Mas, para os alunos que precisam trabalhar, por fatores diversos, só vai sobrar a educação de jovens e adultos, a partir dos 18 anos. É preciso pensar em alternativas. Goiás já tem escolas em que o ensino médio acontece em semestres. Ou seja, se o aluno saiu na metade do primeiro ano, quando voltar, ele retorna para completar o segundo semestre. Isso faz com que eventualmente o estudante finalize os estudos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 02/09/2014
Assunto: Processo de Alfabetização		Página: Online



ALFABETIZAÇÃO INCERTA

Especialistas divergem sobre a idade em que o processo deve ocorrer e ainda não há consenso sobre a melhor metodologia para ensinar crianças a ler e escrever

Fonte: Revista Gestão Educacional

Por mais que a alfabetização seja a etapa mais importante da escolarização, afinal dela depende qualquer aprendizado, ainda hoje não existe uma definição clara no País de como esse processo deve ser desenvolvido. Também não há consenso acerca da idade certa para o início e o término desse trabalho. Nas escolas particulares, geralmente as crianças são alfabetizadas a partir dos 6 anos de idade. Nas últimas três décadas, o Brasil passou por mudanças na educação que modificaram a maneira de ensinar a ler e escrever, sobretudo por influência da teoria da psicogênese da língua escrita, comumente chamada de construtivismo pelos educadores. As cartilhas perderam espaço em sala de aula, porém a nova visão pedagógica não ajudou o sistema educacional do País a avançar.

As falhas na alfabetização aparecem lá na frente, no fraco desempenho em leitura dos estudantes de 15 anos no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa). Desde 2000, o Brasil ocupa posição entre os últimos do ranking, composto por 65 países. Em 2012, os alunos brasileiros alcançaram 410 pontos em leitura, ficando em 55º lugar na lista e 86 pontos abaixo da média dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Ainda não estão disponíveis e acessíveis dados precisos sobre o nível de alfabetização dos estudantes brasileiros nos últimos anos. Os resultados da Provinha Brasil, realizada com esse fim pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), permanecem com os gestores e professores da rede pública e até 2013 não eram tabulados sistematicamente para comparações posteriores. No ano passado, foi realizada pela primeira vez a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), instituída pelo Ministério da Educação (MEC) como parte das ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), criado em 2012. Entretanto, os resultados obtidos ainda não foram divulgados.

O parâmetro mais recente que existe para se ter uma ideia de como anda a alfabetização no Brasil, além do Pisa, é a Prova ABC (Avaliação Brasileira do Final



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

do Ciclo da Alfabetização), aplicada em 2012, iniciativa do movimento Todos pela Educação (TPE) em parceria com a Fundação Cesgranrio, o Instituto Paulo Montenegro/Ibope e o Inep. Dos 54 mil alunos do 3º ano do ensino fundamental avaliados pela Prova ABC, menos da metade apresentou proficiência adequada em leitura (apenas 44,5%). Em escrita, o desempenho foi ainda menor: 30,1% e, em matemática, somente 33,3% possuíam os conhecimentos adequados.

Mesmo sem um amplo diagnóstico dos problemas nesse campo, o governo resolveu investir no Pnaic, estimulando estados e municípios a assumirem o compromisso de alfabetizar todas as crianças até os 8 anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Para alguns especialistas, essa meta é modesta demais e a alfabetização deveria acontecer aos 6 anos de idade. Opinião não compartilhada por Alejandra Meraz Velasco, gerente da Área Técnica do TPE. “Quem defende a alfabetização mais cedo está pensando em um conceito de alfabetização bem restrito, que é a decodificação do alfabeto”, justifica. Ela entende esse processo como a capacidade de autonomia de leitura e escrita, de modo que a língua seja um instrumento para a criança continuar aprendendo.

Apesar de acreditar que aos 8 anos não seja tarde demais para concluir a alfabetização, Alejandra se preocupa com a redação final da meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE), da qual foi excluída a idade limite e que prevê apenas “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental”. A gerente da Área Técnica do TPE teme que essa omissão gere retenções no ano, com objetivo de cumprir a meta. “Tem que ser no 3º ano quando a criança está nessa série na idade certa. É necessário divulgar para o gestor que a ideia não é que ele retenha a criança no 2º ano até ela aprender a ler, mas cumpra esse objetivo em paralelo, sem aumentar a distorção idade-série”, alerta.

Construtivismo e ensino das sílabas

A professora Onaide Schwartz Mendonça, do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), campus de Presidente Prudente (SP), tem convicção de que os alunos, inclusive os da rede pública, apresentam condições de serem alfabetizados antes dos 8 anos de idade. “A linguística já comprovou que aos 5 anos as crianças estão prontas para ler e escrever”, afirma. Onaide conta que em mais de uma década de experiência como alfabetizadora conseguia realizar essa tarefa em um ano, capacitando os estudantes até os 7 anos de idade para ler e escrever, interpretar e produzir pequenos textos.

Para a docente da Unesp, também autora do livro *Alfabetizar as crianças na idade certa* com Paulo Freire e Emília Ferreiro: práticas socioconstrutivistas (Editora Paulus), em parceria com Olympio Correa de Mendonça, o problema atual nessa etapa é herança de uma pedagogia fundamentada em um construtivismo distorcido. Uma vez que muitos compreenderam essa teoria como a habilidade de cada criança descobrir e reconstruir a língua por si só, algumas técnicas, como a da formação silábica, acabaram abolidas da sala de aula. “O ensino das sílabas é extremamente produtivo e



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

indispensável para que a criança aprenda a ler e escrever. O construtivismo mal interpretado e mal utilizado foi um desastre para o nosso País”, diz.

Apesar de se apoiar nos princípios da psicogênese, o sistema de aprendizado do Colégio Marista Rosário, em Porto Alegre (RS), também inclui a consciência fonológica e prioriza a compreensão pelos alunos da relação entre grafemas e fonemas. “Não acreditamos na psicogênese como método, e sim como embasamento teórico. A criança precisa aprender as regras da língua, que as letras têm sons e que a fala é diferente da escrita”, explica Cristiane Granville, coordenadora pedagógica dos anos iniciais do ensino fundamental da instituição e professora de pós-graduação na área de alfabetização da Faculdade Porto-Alegrense (Fapa). No Colégio Marista Rosário, os alunos são alfabetizados aos 6 anos de idade, durante o primeiro ano. Entretanto, Cristiane não vê com maus olhos a meta do Pnaic, desde que o nível de alfabetização evolua até os 8 anos de idade. “Tem que ter metodologia e expectativa de aprendizagem”, ressalta. Nessa faixa etária, alguns alunos do colégio já estão aptos, por exemplo, a ler livros como o da saga de Harry Potter.

Método fônico e formação

“Na realidade, o Brasil está ficando muito sozinho adotando esse tipo de pedagogia da alfabetização. Em muitos lugares, não é mais assim. Tem que mudar”, afirma José Moraes, professor emérito da Universidade Livre de Bruxelas, doutor em Desenvolvimento da Cognição e Psicolinguística, que acaba de lançar no Brasil o livro Educação para a democracia (Editora Penso). Para Moraes, existem evidências científicas suficientes que mostram as vantagens do aprendizado da leitura e da escrita por meio de uma base fônica, ou seja, calcado na relação entre letras e sons. O professor explica que para a psicolinguística, diferentemente das teorias construtivistas, a decodificação do sistema alfabético não é algo que o indivíduo seja capaz de fazer sozinho. “A compreensão do princípio alfabético não vem espontaneamente na criança nem no adulto”, ressalta, acrescentando que, se isso fosse verdade, não haveria analfabetos.

Para o professor e presidente do Instituto Alfa e Beto, organização não governamental (ONG) que atua na área de alfabetização, João Batista Araujo e Oliveira, os problemas brasileiros nesse segmento advêm da falta de conhecimento científico e da repetição de um discurso ideológico. “A conclusão da comunidade científica, com base em centenas de estudos no mundo inteiro, é a de que o método fônico [que ensina a relação entre fonemas e grafemas] é mais eficaz”, destaca. Segundo Oliveira, a razão da eficácia está relacionada à forma como o cérebro aprende a ler.

Mesmo defendendo o aprendizado sistemático da relação entre os fonemas e as letras, a professora Magda Soares, emérita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora no campo da alfabetização, critica essa metodologia. “O método fônico pula uma etapa importante de a criança perceber que a escrita representa o oral. Grande parte do que chamam de dificuldade de aprendizagem reside no fato de que a criança ainda não descobriu que a escrita representa a oralidade”, defende. Para Magda, que prefere utilizar os termos



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

alfabetização e letramento para um conceito mais amplo do processo, é importante ensinar as relações entre grafemas e fonemas inseridas em um contexto de textos reais, diferentemente do que, segundo ela, o método fônico faz.

O Instituto Alfa e Beto defende a alfabetização aos 6 anos de idade. Para o presidente da ONG, as metas do Pnaic e do PNE trazem enorme prejuízo para as crianças e atrasam sua autonomia. “Do ponto de vista da psicologia do desenvolvimento e da equidade social, é profundamente inadequado retardar o processo de alfabetização. Há evidências de que, quanto mais tarde se alfabetiza, mais dificuldades a criança tem de se alfabetizar”, justifica.

Os especialistas divergem quanto aos métodos mais eficazes de alfabetização e as políticas públicas não oferecem ainda um direcionamento preciso de como esse trabalho deve ser realizado. Entretanto, não existe dúvida entre os entrevistados de que o caminho para melhorar a qualidade da alfabetização no Brasil passa pela universalização da educação infantil e pelo aprimoramento na formação do professor, visto que a maioria das faculdades não tem disciplinas voltadas ao tema.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos docentes da escola pública, alfabetizar antes dos 8 anos de idade não é uma meta impossível na prática. “Sou professora da rede pública municipal do Rio de Janeiro desde outubro de 1986 e entendo ser plenamente possível que os alunos sejam alfabetizados aos 6 anos”, declara com veemência Ana Lúcia Peixoto Duarte da Silva, que trabalha na Escola Municipal Professora Elisa Joaquina Daltro Peixoto. A educadora ficou em segundo e sétimo lugares com suas duas turmas do 1º ano do ensino fundamental no Programa Alfabetiza Rio, em funcionamento desde 2010, com a proposta de alfabetizar os alunos aos 6 anos de idade. Para a professora, os bons resultados dependem da combinação dos seguintes fatores: comprometimento dos docentes, participação da família no processo de aprendizagem, apoio pedagógico e ensino integral. “Para que os índices com minhas turmas fossem alcançados, foi necessário trabalhar no horário de almoço para dar reforço escolar aos alunos”, conta.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 02/09/2014
Assunto: Alimentação		Página: Online



OPINIÃO: ALIMENTAÇÃO NA ESCOLA É ASSUNTO DE TODOS

"Uma das chaves do sucesso do Pnae é o envolvimento dos governos federal, estaduais e municipais", afirma Romeu Caputo

Fonte: A Gazeta (MT)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), é um dos maiores programas de oferta de alimentos no mundo. Por meio do Pnae, são servidas, diariamente, refeições para 43 milhões de Alunos - número equivalente a toda a população da Argentina. O orçamento do Governo Federal para o programa em 2013 chegou a 3,6 bilhões de reais.

Garantir alimentação dos Alunos não é apenas entregar refeições, mas colaborar para a formação cidadã de cada um. É contribuir para o seu desenvolvimento e para que todos possam aprender mais e melhor. E é, ainda, formar hábitos alimentares saudáveis. Colabora para o alcance desses objetivos a Lei nº 11.947, de 2009, que estabelece que pelo menos 30% dos recursos da alimentação Escolar sejam aplicados na compra de produtos da agricultura familiar.

Pelos resultados alcançados, o Pnae virou referência mundial e serve de modelo para dezenas de países. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) firmaram acordos de cooperação com o Brasil para desenvolver programas semelhantes na América Latina, Caribe, África e Ásia.

Uma das chaves do sucesso do Pnae é o envolvimento dos governos Federal, estaduais e municipais. Outra, indispensável, é a participação da comunidade: a sociedade brasileira é parte do programa. São os conselhos de Alimentação Escolar (CAEs), existentes em cada município, que acompanham e fiscalizam a execução do Pnae. Os conselhos são formados por entidades civis, de trabalhadores da Educação, Alunos, pais de Alunos e representantes da prefeitura.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar, como se vê, é o resultado de uma grande reunião de esforços. Muitos recursos estão envolvidos. Mas nada disso terá



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

sentido se, no final dessa corrente, nossos Alunos não receberem alimentação de qualidade.

Daí a importância dos encontros regionais de alimentação Escolar, como o que se realiza nesta terça-feira (2) em Cuiabá (no Auditório da Secretaria Estadual de Educação - Rua Engenheiro Edgar Prado Arze, 215, Centro Político Administrativo). O objetivo do encontro é aproximar ainda mais o Pnae de quem contribui com a sua execução.

No FNDE, temos a absoluta convicção de que é só com a participação ativa da sociedade e com a colaboração de todas as esferas do poder público que conseguiremos melhorar o Pnae cada vez mais. E é só assim, também, que seguiremos ajudando a garantir a segurança alimentar dos estudantes brasileiros.

Romeu Caputo é presidente do FNDE



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 02/09/2014
Assunto: Professores		Página: Online



PESQUISA MOSTRA QUE NÃO FALTA PROFESSOR, MAS INTERESSE DE SEGUIR A CARREIRA

Número de formandos em licenciatura no Brasil, entre 1990 e 2010, segundo estudo, é maior que a demanda por docentes

Fonte: O Estado de S. Paulo (SP)

Apesar de haver Escolas sem Professores no Brasil, o número de licenciados entre 1990 e 2010 seria suficiente para atender à demanda atual por Docentes. É o que revela a pesquisa inédita do Professor José Marcelino de Rezende Pinto, da Universidade de São Paulo (USP). Faltam, portanto, profissionais interessados em seguir carreira dentro da sala de aula.

O estudo aponta para a necessidade de tornar a profissão mais atrativa e de incentivar a permanência estudantil na área. Isso porque o número total de vagas na graduação é três vezes maior que a demanda por Professores estimada nas disciplinas da Educação básica (mais informações nesta página). Em todas as áreas, só as vagas de graduação nas universidades públicas já seriam suficientes para atender à demanda.

Para realizar a pesquisa, o autor cruzou a demanda atual por profissionais na Educação básica com o número de formados nas diferentes disciplinas curriculares entre 1990 e 2010. Assim, apenas em Física é possível afirmar de fato que o número de formandos não é suficiente para suprir a necessidade. Segundo Marcelino, os titulados preferem ir para outras áreas a seguir a docência. “A grande atratividade de uma carreira é o salário. Mas, além da remuneração, o Professor tem um grau de desgaste no exercício profissional muito grande. E isso espanta”, afirma o pesquisador, que é da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP de Ribeirão Preto.

Os cursos de formação de Professores têm evasão maior que 30%, acima da média registrada por outras graduações. “Em vez de financiar novas vagas, muitas vezes em modalidade a distância sem qualidade, precisamos investir para que o Aluno entre e conclua.” Dados recentes mostram que há um déficit nas Escolas brasileiras de 170 mil Professores apenas nas áreas de Matemática, Física e Química. Só na rede estadual de São Paulo, 21% dos cargos necessários estavam vagos no ano passado, como revelou o Estado na ocasião.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A maior lacuna era em Matemática e Português, esse último com falta de 7,1 mil Docentes – o governo do Estado afirma que os Alunos não ficam sem aula, mesmo que acompanhados por Professores de outras formações. Em Língua Portuguesa, a pesquisa revela um dos maiores abismos. O número de concluintes entre 1990 e 2010, de 325 mil, é quase três vezes maior que a demanda calculada, em torno de 131 mil.

Só três disciplinas aparecem com razão negativa entre concluintes e demanda: Ciências, Língua Estrangeira e a já citada Física (veja o infográfico ao lado). Nas duas primeiras, os dados não refletem algumas condições: a área de Língua Estrangeira é atendida por formados em Letras, que tem alto índice de estudantes, e muitos Professores de Ciências têm formação em Biologia – que tem a maior proporção de concluintes.

Ganho. O salário de um Professor é, em média, 40% menor que o de um profissional de formação superior. Foi essa diferença de renda que fez Simone Ricobom, de 40 anos, deixar a docência em 1998 – após cinco anos na área – para trabalhar na Previdência Social. “Havia o pensamento de que o Professor tinha de ser um pouco mãe e eu queria ser profissional. Também percebi que não havia projeção na carreira.” Ela voltou a atuar na Educação infantil entre 2008 e 2012, dessa vez na rede particular, mas se decepcionou novamente.

O coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, diz que o resultado da pesquisa desconstrói um falso consenso sobre um “apagão”. “Os dados reforçam que a principal agenda na questão Docente é a da valorização”, diz. “Valorização é garantia de boa formação inicial e continuada, salário inicial atraente, política de carreira motivadora e boas condições de trabalho.”

Mínimo de 30%. Deliberação de 2014 do Conselho Estadual de Educação de São Paulo exige que as instituições de ensino superior sob sua responsabilidade, que incluem as estaduais (USP, Unicamp e Unesp) e fundações municipais, deverão oferecer nos cursos de formação de professores o mínimo de 30% da carga horária de conteúdo didático-pedagógico.

O documento ainda exige que cursos deem atenção a atividades práticas. O texto atual altera dispositivos de deliberação similar redigida em 2012. As instituições teriam até o ano passado para realizar as mudanças. Como cabe ao conselho aprovar o reconhecimento dos cursos, as estaduais conseguiram renovação temporária de um ano e depois devem se adequar.

ENTREVISTA

Bernadete Gatti, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e especialista em formação de professores

‘Currículo continua com estrutura do século 20’

Pesquisadora afirma que licenciaturas são frágeis e não oferecem formação suficiente aos futuros professores



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Qual é o nível de qualidade da formação de Professores?

As licenciaturas têm currículos muito frágeis, as ementas e bibliografias são genéricas, não dão formação suficiente. Há uma redução de formação de conhecimento oferecido em boa parte das instituições. Elas têm tirado horas de formação disciplinar para atividades complementares, seminários culturais que a gente não sabe bem o que é. As instituições não estão encarando a formação desse profissional com seriedade. Vai de qualquer jeito, como se qualquer um pudesse ensinar. Não é verdade.

Em 2008, a senhora analisou a formação inicial das licenciaturas. Algo mudou? Tive duas atualizações na pesquisa que mostraram o mesmo panorama. O currículo continua tradicional, com estrutura do início do século 20. Não tem 10% de formação em Educação, de metodologia, prática de Ensino, didática. Esse Aluno vai para uma Escola sem saber onde está, o que é uma rede, uma sala de aula. As licenciaturas nunca foram um foco de política coerente.

Mas esse modelo para a formação de Professores é adequado?

A maioria dos países tem faculdade ou centro que forma Professor. Nós não temos. Cada licenciatura está no nicho e não se encontram. A ideia nos outros países é que tem uma base formativa comum para todos e depois diversifica a formação. Defendo um centro de formação, para onde convergiram os institutos básicos. Estudos têm mostrado que os Docentes das faculdades de formação de Professor têm dificuldade de ensinar. Até em instituições públicas. Temos percebido isso principalmente por causa do programa de iniciação à docência do MEC (Ministério da Educação), o Pibid. No Pibid tem de fazer um projeto para atuar na Escola, que envolve o Aluno, o Professor supervisor e a Escola. Às vezes, ele vem de área que não tem licenciatura e está tomando um choque.

O que ocorre no Brasil? Por que não se avança?

Outros países se preocuparam com a preparação do Professor paralelamente com a reforma curricular. E o Brasil não conseguiu pensar assim.

Quem deve fazer isso?

A formação inicial é da competência do MEC. Mas o problema é que nunca tivemos uma política para atuar nacionalmente. Precisamos de uma política que pudesse atuar nessa direção. Porque vai ter de mexer com instituições públicas e privadas. E praticamente 75% dos cursos estão nas privadas. Um instituto superior de Educação ficaria caro, porque teria de manter a estrutura.

O início das discussões da base nacional comum é um primeiro passo? Parece que há a intenção do MEC de trabalhar a formação do Professor.

Como melhorar a relação entre a universidade e a Escola?

Deveríamos melhorar as condições de formação e sobretudo cuidar dos estágios. O estágio curricular não tem projeto claro, acompanhamento efetivo nem avaliação consistente. Precisaríamos de financiamento para os estágios.

E a questão salarial e de carreira? Quando se ataca isso?



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Tem de ser paralelamente. Temos a Lei do Piso, que ajudou muito para algumas partes do Brasil, porque a gente tem diferenças. Tem de mudar a formação, mas também fazer estrutura de carreira mais condizente. A carreira não é só salário inicial. Pela pesquisa que fizemos de atratividade, vimos que o jovem pensa na projeção a longo prazo. Qualquer profissional atua mais tranquilamente com melhor salário e carreira. Mas a gente tem dificuldade de olhar o Professor como um profissional. Não tem prestígio. Eu sei que o custo do setor público seria bastante elevado, mas gastamos com tanta besteira. A União precisa pôr mais dinheiro no Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). A Educação determina melhoria na saúde, no cuidado do meio ambiente. Aprendi que não adianta discurso. Vamos ver para onde vai o dinheiro. Onde está o dinheiro é a verdadeira política. Onde está e como é usado.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 02/09/2014
Assunto: Opinião educadora		Página: Online



'PARA MUDAR, É PRECISO MERGULHAR NAS MAZELAS', DIZ EDUCADORA INDIANA

Shukla Bose decidiu jogar para o alto a carreira de executiva e criou a Fundação Humanitária Parikrma, que oferece ensino gratuito de qualidade a 1,6 mil crianças

Fonte: O Globo (RJ)

Em 2003, a indiana Shukla Bose decidiu jogar para o alto a carreira de executiva e criou a Fundação Humanitária Parikrma, uma organização não governamental que oferece ensino gratuito de qualidade a 1,6 mil crianças de Bangalore, a quarta cidade mais populosa da Índia. Shukla será uma das conferencistas do encontro internacional Educação 360, promovido por O GLOBO e "Extra", em parceria com Sesc, Prefeitura do Rio e Fundação Getulio Vargas, com o apoio do Canal Futura. O encontro vai acontecer nos dias 5 e 6 de setembro na Escola Sesc de Ensino Médio, em Jacarepaguá. (Conheça detalhes sobre a programação no site www.educacao360.com)

Abandonei a carreira de diretora executiva numa multinacional e enveredei pelo campo do trabalho social porque não estava satisfeita com a vida corporativa, com aquela rotina de fazer balanços financeiros que só beneficiam uma minoria milionária. Trabalhei como voluntária ao lado de Madre Teresa de Calcutá durante sete anos, quando ainda era estudante. E por meio dessa experiência aprendi que o verdadeiro trabalho está nas ruelas da Índia, e que era preciso mergulhar nas mazelas da nossa sociedade para operar uma pequena mudança de verdade.

Quais as principais frentes de trabalho da Fundação Parikrma?

Temos quatro escolas que atendem a 1,6 mil crianças, entre cinco e 18 anos, que moram nas ruas, favelas e orfanatos de Bangalore, na Índia. Desenvolvemos também um trabalho com os pais dos alunos que já alcança cerca de 25 mil pessoas. Recentemente, inauguramos a Academia de Formação de Professores, que atende a cerca de 2 mil educadores e a 63 mil alunos de escolas estaduais que trabalham como auxiliares em instituições de difícil acesso. São escolas que carecem de profissionais de ensino.

Como se dá o trabalho com os familiares dos alunos?



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Nós identificamos os problemas de cada família e damos início a um trabalho de aconselhamento e capacitação. Oferecemos cursos de capacitação profissional para a família, que passa a ter uma renda maior. Abrimos contas bancárias para as mães, que são orientadas a lidar com suas finanças. Também oferecemos treinamento em nutrição infantil e transmitimos noções básicas de higiene e saúde.

Qual é o maior desafio de todo esse trabalho social?

Um problema sério que enfrentamos é a alta incidência de alcoolismo entre os pais. Por isso decidimos criar um programa de reabilitação, que não só atende aos pais como gera empregos para a comunidade escolar. Os próprios familiares que recebem alta no tratamento são empregados no programa. Eu comemoro a participação ativa dos pais na vida escolar dos seus filhos — 98% deles frequentam as reuniões com professores. Mas o maior desafio é garantir que a fundação tenha verba para levar adiante todos os projetos.

Qual é a filosofia adotada pela Fundação Humanitária Parikrma?

Acreditamos que é preciso estimular o potencial que existe nas comunidades pobres, que são ignoradas por conta do estigma social que carregam. Nossa filosofia defende que mesmo as pessoas marginalizadas podem ser bem-sucedidas se tiverem a oportunidade no momento certo. E essa oportunidade não está ligada apenas à oferta de uma vaga numa escola com uma boa infraestrutura de ensino. Essas pessoas só irão prosperar se estiverem num ambiente onde amor, dignidade e esperança sejam cultivados.

Está dando certo?

Nossas crianças não faltam às aulas, e frequentam a escola, inclusive, nos feriados, quando atendemos a cerca de 97% de nossos alunos.

Como se alcança esse resultado?

A educação voltada para os mais pobres deve ganhar uma abordagem diferenciada para, de fato, colher bons resultados. A condição básica para o aprendizado é uma vida familiar estável. E 98% dos nossos pais são alcoólatras, enquanto 92% dos nossos alunos possuem algum familiar preso. Com uma atmosfera familiar tumultuada, é muito mais difícil para um aluno se concentrar nos estudos.

Qual é o diferencial da formação de professores feita pela fundação?

Nosso programa de formação de professores oferece laboratórios de crescimento pessoal para todos os educadores, que aprendem a contornar algumas situações adversas do cotidiano através de empatia, paciência e tolerância. Na fundação, acreditamos que amor e compreensão podem operar grandes mudanças, uma vez que as crianças precisam de alguém que realmente tome conta delas. E elas costumam responder muito bem a essa acolhida, tornando-se crianças bastante carinhosas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Como avalia a educação hoje?

As coisas estão mudando tão rapidamente nesta década que o conteúdo ensinado nas escolas de hoje se torna redundante tão logo o aluno ingressa no mercado de trabalho. As instituições de ensino precisam modificar seus métodos e estratégias de forma a tornar o aprendizado relevante também para a vida do aluno.

Na sua opinião, como deve ser a educação do futuro?

As escolas deverão existir como espaços de facilitação do acesso ao conhecimento, e deverão oferecer um ambiente onde os alunos aprendam de maneira autônoma. O professor deve ser apenas um guia para os alunos, e não um repositório de informações. O que percebo na Fundação Humanitária Parikrma é que o estímulo para a inovação parte dos próprios alunos. Quando um professor lança uma novidade em sala, e identifica uma resposta positiva do grupo, ele é encorajado a tentar outros métodos, concebendo uma vibrante atmosfera de aprendizado.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 02/09/2014
Assunto: Conteúdo		Página: Online



ESCOLA PÚBLICA, CONTEÚDO DIDÁTICO PARTICULAR

Falhas no Plano Nacional do Livro Didático motivam estados e municípios a investir em conteúdos de redes privadas

Fonte: Gazeta do Povo (PR)

Falta de suporte aos professores, condições limitadas de uso e conteúdo fraco dos livros provenientes do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) são apontadas por educadores como razões que justificam o crescente investimento de redes públicas de ensino em material didático produzido por grandes grupos privados.

Municípios e estados interessados em melhorar o desempenho de seus estudantes têm deixado os livros gratuitos de lado e corrido atrás de suporte pedagógico, cursos de capacitação para docentes e obras adaptadas à realidade local. Índices mostram que a estratégia tem dado certo, ainda que seja preciso pagar pela qualidade que deveria ser de graça.

O PNLD distribui livros didáticos gratuitamente a escolas de todo o Brasil há quase 50 anos, mas coleciona críticas quando se compara as obras recebidas aos livros usados nas redes particulares.

Números do próprio Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão gestor do PNLD, sinalizam a substituição no uso do material didático. Nos últimos dois anos, 2.045 escolas de todo o país deixaram de participar do programa por não mostrarem interesse em receber os livros grátis, totalizando aproximadamente 4,6 milhões de alunos.

A Editora Positivo, por exemplo, criou em 2005 o Aprende Brasil, ramificação que atende exclusivamente a redes públicas. “Quando começamos, tínhamos 17 mil alunos em projetos piloto. Neste ano estamos atendendo quase meio milhão de estudantes de escolas públicas, espalhados em 286 municípios”, revela Elen Goulart, coordenadora do Aprende Brasil. Ela cita como exemplos de clientes as capitais Recife e Aracaju, além de toda a rede estadual do Amazonas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) indicam que a parceria surtiu efeito. Em 2007, antes de contratar o sistema, somente 15% dos alunos da rede amazonense do 1.º ao 5.º ano do ensino fundamental mostravam ter o aprendizado adequado em Matemática. Em 2011, depois de dois anos usando o material didático contratado, o índice subiu para 28%. No caso da Língua Portuguesa, a melhora foi semelhante. O estado passou de 21% para 33% dos alunos com aprendizagem adequada.

Outros grupos privados consultados pela reportagem também confirmam o crescimento. A Abril Educação, por exemplo, está presente em 70 municípios nos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais e Bahia. O Grupo Expoente, com sede em Curitiba, mantém contrato com 26 prefeituras em todo o país.

Contenda, na região de Curitiba, aposta em sistema contratado

O município de Contenda, na região metropolitana de Curitiba, optou por contratar um sistema de ensino particular para atender as necessidades não supridas pelo PNLD. No ano passado, a secretaria de Educação optou por reforçar a educação infantil do município, aderindo a um sistema de ensino privado. “Houve melhoria no processo de alfabetização e os resultados foram surpreendentes”, diz a secretária de Educação, Vera Lúcia Cordeiro Bochenek.

Segundo ela, a melhoria no processo de alfabetização das crianças ficou evidente e os professores aprovaram a assessoria constante com a qual passaram a contar, o que facilitou os trabalhos da equipe técnica da secretaria. O bom desempenho motivou o município a ampliar o uso do novo sistema para as séries do 1.º ao 5.º ano do ensino fundamental em 2014.

Embora considere os livros do PNLD de boa qualidade, Vera lamenta a falta de integração entre os livros de um ano e do outro, ou mesmo entre as diferentes disciplinas, o que dificultaria o trabalho de uma mesma estrutura didática. Ela conta ainda que, algumas vezes, os livros enviados não correspondiam àqueles escolhidos pelos professores.

Acompanhamento

Sistemas de ensino privados, em geral, oferecem junto com o livro didático um serviço de suporte ao professor, que inclui equipe pedagógica de plantão para o esclarecimento de dúvidas, cursos para o bom uso do material e até alterações personalizadas nas publicações, conforme o pedido dos educadores. A ausência desse serviço no PNLD leva redes municipais a abrirem mão da gratuidade dos livros em prol de um melhor auxílio aos profissionais de educação. “No PNLD, a escola recebe apenas uma caixa de livros, aí cada professor faz o que achar mais interessante”, diz Renaldo Franque. Segundo ele, os municípios buscam pelos serviços da empresa por falta de suporte do PNLD.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

8,5 mil escolas públicas de ensino médio do país ainda não escolheram os livros didáticos que serão usados a partir de 2015, segundo balanço parcial do FNDE. O prazo para escolha dos títulos acaba nesta segunda-feira.

LIMITAÇÃO

Como os livros do PNLD pertencem à escola e não ao aluno, os estudantes ficam impedidos de fazer anotações nas páginas dos livros. “Isso compromete a fixação da aprendizagem”, critica o professor Renaldo Franque. E como nem todos cuidam devidamente do material, quando ele é passado adiante alguns livros estão em pior estado que outros.

103,2 milhões de livros didáticos foram distribuídos em 2014 pelo PNLD a alunos de ensino fundamental de todo o país. Outros 34,6 milhões de livros foram encaminhados aos estudantes de ensino médio. O valor total pago na aquisição das obras pelo MEC gira em torno de R\$ 1 bilhão.

Em sala

Problemas afetam a rotina de alunos e professores

Pesquisadores e professores citam exemplos de complicações criadas pelo modelo do PNLD e criticam ênfases discutíveis no conteúdo. O conhecimento científico, por exemplo, estaria sendo sufocado nas obras pela ênfase exagerada em conteúdos chamados atitudinais (ecologia, cidadania, diversidade cultural e outros tópicos relacionados a comportamento).

Segundo a doutora em Educação e professora da Universidade Estadual de Maringá, Marta Sforzi, em geral, os educadores consideram positivo o estímulo a atitudes cidadãs, mas a opção feita pelo PNLD tem deixado os conteúdos autênticos de cada disciplina em segundo plano. “Esses conteúdos e atividades apenas reproduzem atitudes e valores de senso comum ou reforçam a moda ‘politicamente correta’.”

Essa discrepância contribui para deixar o aluno de escola pública que estuda com livros do PNLD em desvantagem quando comparado àqueles formados com sistemas de ensino mais focados nos conteúdos de cada disciplina. “Falta muito para os livros do PNLD deixarem o aluno de escola pública em condições de competição no que diz respeito ao conhecimento”, diz Renaldo Franque, gerente de Sistemas Pedagógicos do Grupo Expoente. Em resposta à crítica, o MEC defende a inclusão de conteúdos atitudinais afirmando que “os conhecimentos ditos científicos não se dissociam, na ação pedagógica, daqueles dedicados à educação para o respeito, para a boa convivência e para a educação para a vida social”.

Autores de livros didáticos reclamam da avaliação das obras



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A Associação Brasileira dos Autores de Livros Educativos (Abrale) é uma das entidades a apontar incoerências no programa. Segundo a presidente da Abrale e autora de livros didáticos de História, Gislaine Azevedo, em diversos documentos da associação os autores de livros didáticos pedem mais transparência e vêm alertando que o atual modelo de avaliação das obras tem dado sinais de esgotamento.

Um dos pontos criticados seria a vulnerabilidade dos critérios às mudanças políticas que ocorrem em cargos estratégicos dentro do Ministério da Educação. Embora todos os livros apresentados para poderem entrar no programa devam se adaptar a um edital, a Abrale diz que as mesmas obras aprovadas e elogiadas numa seleção, já foram criticadas e excluídas na seleção seguinte, embora os critérios permanecessem praticamente idênticos. Como cada livro é usado por três anos, a mudança de opinião sobre determinada obra resulta em contradições.

A lista de críticas dos autores de livros ao PNLD inclui ainda o que chamam de “autoritarismo” dos pareceristas, ao justificarem a exclusão de uma obra, lançando mão de argumentos que não encontram respaldo nos editais. Como os pareceristas não têm seus nomes divulgados, os autores de obras rejeitadas não conseguem obter justificativas detalhadas do porquê foram excluídos.

Compromisso

Questionado sobre as críticas ao processo de avaliação dos livros, o MEC respondeu que mantém “rigoroso compromisso com a aprovação de obras marcadas pela excelência pedagógica e pelo rigor conceitual, teórico e metodológico”. O ministério informou também que seus pareceristas passam por processos periódicos de formação e que têm o seu trabalho acompanhado por coordenadores da avaliação pedagógica. Sobre o anonimato dos pareceristas, o MEC disse que este corresponde ao pressuposto da imparcialidade e que as “informações fundamentais” dos processos avaliativos são tornadas públicas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 02/09/2014
Assunto: Missão pedagógica		Página: Online



Professores iniciam programa Missão Pedagógica

Professores de ensino fundamental e médio de escolas públicas de todo o país iniciaram nesta segunda-feira (1.º), na Câmara dos Deputados, a primeira etapa de um curso voltado à educação para a democracia.

A atividade tem a participação de 60 educadores, vindos de todos os estados e do Distrito Federal, e integra o programa "Missão Pedagógica no Parlamento".

O educador Felipe Lovemberger, que leciona Geografia e História no pequeno município catarinense de Rio Negrinho, distante cerca de 260 km da capital do estado, Florianópolis, já participou de outro programa da Câmara voltado à educação cidadã, o Câmara Mirim, e agora inicia com expectativa positiva a etapa no Missão Pedagógica. "Primeiro, tomar os conhecimentos básicos aqui e depois levar para a prática, priorizando esse ensino do Legislativo no dia a dia, e tentar novas formas, diferentes, para a sala de aula, evidenciando esse ensino da democracia no sul do Brasil."

Além da vivência prática da democracia em sala de aula, O Missão Pedagógica no Parlamento pretende também multiplicar princípios como democracia e representação política para além das turmas de professores envolvidos.
Rede nacional de educadores

Segundo Ana Paula Faria, uma das coordenadoras do programa, a ideia neste ano é lançar, inclusive, uma rede nacional de educadores. "Nossa intenção, neste ano, é lançar um banco de experiências. A gente já vem coletando o resultado de vários projetos de professores egressos do Missão, que já passaram pelo programa. E também a gente tem a intenção de formar uma rede com esses professores para que, cada vez mais, a educação para a democracia possa ser multiplicada nas escolas."

Dos 60 participantes do curso, 54 foram selecionados entre aqueles com melhor desempenho em outro curso integrante do programa, realizado eletronicamente. Outros seis vieram do Câmara Mirim, programa organizado pelo site infantil da Câmara, o Plenarinho.

A primeira etapa do curso desta edição do "Missão Pedagógica no Parlamento" tem 40 horas e vai até sexta. A Câmara custeia passagens aéreas, hospedagem e alimentação aos participantes.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

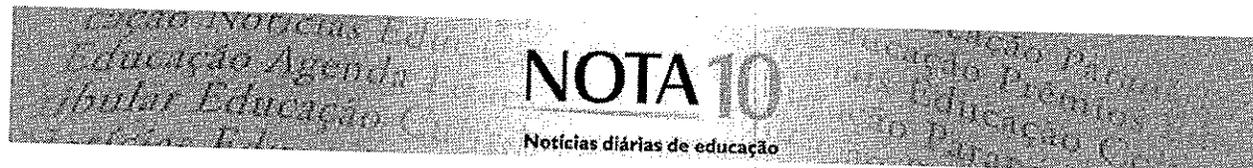
Na segunda fase do curso, oferecida à distância, os professores deverão apresentar um projeto de educação para a democracia a ser desenvolvido com seus alunos em sala de aula.

Os professores interessados em participar da próxima edição do programa podem obter mais informações na página da Câmara no www.camara.leg.br.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 02/09/2014
Assunto: Fies		Página: Online



Aditamento do Fies pode ser feito até próximo dia 30

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) definiu novo prazo para solicitação de aditamento de contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) referentes ao primeiro e segundo semestre de 2013 e ao primeiro semestre de 2014. Os estudantes terão até o dia 30 de setembro para fazer os pedidos de renovação, suspensão, transferência, dilatação ou encerramento no Sistema Informatizado do Fies (SisFies). A Portaria nº 365/2014, que implementou a medida, foi publicada na sexta-feira, 29 de agosto, no Diário Oficial da União.

O Fies financia de 50% a 100% dos encargos educacionais, dependendo da renda familiar mensal bruta e do comprometimento dessa renda com os custos da mensalidade. Podem requerer o financiamento alunos com renda familiar mensal bruta de até 20 salários mínimos.

A taxa de juros é de 3,4% ao ano, e os estudantes só começam a amortizar o financiamento 18 meses após o encerramento do curso. O prazo para quitar a dívida é de três vezes o período financiado acrescido de doze meses. No caso de um curso com duração de quatro anos, por exemplo, o aluno tem 13 anos para amortizar o financiamento (3 x 4 anos do curso regular + 12 meses).

As inscrições podem ser feitas no SisFies durante todo o ano. O Fies é destinado a alunos regularmente matriculados em cursos superiores presenciais não gratuitos, oferecidos por instituições cadastradas no programa e que tenham obtido resultados positivos nas avaliações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 02/09/2014
Assunto: Olimpíada de matemática		Página: Online



Olimpíada melhora desempenho de estudantes de matemática

Estudo encomendado pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa) à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), obtido com exclusividade pela Agência Brasil, mostra que alunos frequentam aulas preparatórias para a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep) tiram, em média, 16 pontos a mais na prova de matemática do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

"O impacto do preparo no desempenho não é apenas do medalhista, mas de toda a escola", explica o diretor adjunto do Impa e coordenador-geral da Obmep, Claudio Landim. "A prova da olimpíada é concebida de forma que se possa responder às perguntas sem conhecimento formal. É exigido raciocínio lógico e criatividade", detalha, apontando esses requisitos como importantes para um bom desempenho também em outras avaliações.

No ensino fundamental, o impacto do preparo para a Obmep é ainda maior. Segundo o estudo, os alunos obtiveram, em média, 15,34 pontos a mais na Prova Brasil de matemática do 9º ano. Isso quer dizer que esses estudantes estão quase um ano mais avançados na disciplina que os das demais escolas, uma vez que um ano de aprendizado equivale a cerca de 18 pontos na prova.

Na avaliação da Prova Brasil, foram analisados dados de 5.681.424 alunos do 9º ano do ensino fundamental de 35 mil escolas públicas, entre os anos de 2005 e 2011. Na avaliação do Enem, foram 3.374.468 alunos de 68.604 escolas públicas. Os dados são de 2010 a 2012.

O Centro de Ensino Médio 9, de Ceilândia, no Distrito Federal, desenvolve o projeto Matemática Todo Dia desde 2007. No ano passado, a escola teve 45 alunos classificados e 25 premiados na segunda fase da Obmep. "Passamos a aprovar um número substancial de alunos na Universidade de Brasília e em outras instituições. Com a formação, o aluno passou a estabelecer não uma relação com a matéria, mas uma relação mais ampla com o conhecimento", diz o diretor da escola, José Gadelha Loureiro.

O projeto é desenvolvido uma vez por semana, a partir das 19h, e tem duração de três horas. Dos mil alunos, 200 participam das aulas. "O professor é uma liderança para motivar, se o professor não motiva, nada ocorre", diz Loureiro. A escola estimula também que os pais participem e incentivem os filhos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Desde a primeira edição, em 2005, a Obmep consolidou-se como política pública na área de educação matemática. Em 2013, foram 18,8 milhões de inscritos em 99,89% dos municípios brasileiros.

"A Obmep serve para despertar o interesse dos alunos. Muitos não achavam que podiam seguir na matemática. Na olimpíada encontram outros alunos que têm o mesmo interesse", diz Landim.

Segundo ele, a olimpíada serve também para descobrir talentos escondidos nas mais diversas cidades e dos mais diversos níveis socioeconômicos. O incentivo àqueles que se destacam vai além da medalha. Os alunos são preparados para participar de competições internacionais e podem receber bolsas de iniciação científica em programa desenvolvido em parceria com o Impa.

O estudante Felipe Vieira da Costa é um desses talentos. Ele é de Sítio do Mato (BA), cidade com 12 mil habitantes que fica a cerca de 700 quilômetros de Salvador. Com 15 anos e cursando o 1º ano do ensino médio na Escola Estadual Nossa Senhora do Rosário, ele tem no currículo três medalhas de ouro e uma de bronze na Obmep, da qual participa desde o 6º ano. O gosto pelas exatas veio das aulas.

"Sempre buscava aprender mais e achava que matemática era um bicho de sete cabeças que eu poderia domar", brinca. "Tive professores que às vezes deixavam de dar as aulas [previstas no currículo] para dar assuntos diferentes", acrescenta. Agora, medalhista, ele ajuda os outros estudantes. "Alguns alunos buscam ajuda quando passam para a segunda fase da Obmep. Eu empresto livros, falo o que sei sobre o assunto."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: R7	Editoria: Educação	Data: 02/09/2014
Assunto: Licenciatura		Página: Online



Licenciatura tem currículo frágil, avalia especialista

Estudos mostram que os docentes universitários têm dificuldade de ensinar

Avaliando o nível de qualidade da formação de professores no País, Bernadete Gatti, pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e especialista no assunto, afirma que as licenciaturas têm currículos muito frágeis, as ementas e bibliografias são genéricas e não dão formação suficiente.

— Há uma redução de formação de conhecimento oferecido em boa parte das instituições. Elas têm tirado horas de formação disciplinar para atividades complementares, seminários culturais que a gente não sabe bem o que é. As instituições não estão encarando a formação desse profissional com seriedade. Vai de qualquer jeito, como se qualquer um pudesse ensinar. Não é verdade.

Em 2008, Bernadete analisou a formação inicial das licenciaturas e afirma que desde então duas atualizações na pesquisa que mostraram o mesmo panorama:

— O currículo continua tradicional, com estrutura do início do século 20. Não tem 10% de formação em educação, de metodologia, prática de ensino, didática. Esse aluno vai para uma escola sem saber onde está, o que é uma rede, uma sala de aula. As licenciaturas nunca foram um foco de política coerente.

Ainda segundo a especialista, a maioria dos países tem faculdade ou centro que forma professor. Nós não. "Cada licenciatura está no nicho e não se encontram. A ideia nos outros países é que tem uma base formativa comum para todos e depois diversifica a formação. Defendo um centro de formação, para onde convergiriam os institutos básicos.

Estudos têm mostrado que os docentes das faculdades de formação de professor têm dificuldade de ensinar. Até em instituições públicas. Temos percebido isso principalmente por causa do programa de iniciação à docência do MEC (Ministério da Educação), o Pibid. No Pibid tem de fazer um projeto para atuar na escola, que envolve o aluno, o professor supervisor e a escola. Às vezes, ele vem de área que não tem licenciatura e está tomando um choque."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Para explicar o que ocorre no Brasil, Bernadete afirma que outros países se preocuparam com a preparação do professor paralelamente com a reforma curricular. E o Brasil não conseguiu pensar assim.

— A formação inicial é da competência do MEC. Mas o problema é que nunca tivemos uma política para atuar nacionalmente. Precisamos de uma política que pudesse atuar nessa direção. Porque vai ter de mexer com instituições públicas e privadas. E praticamente 75% dos cursos estão nas privadas. Um instituto superior de educação ficaria caro, porque teria de manter a estrutura.

Para melhorar a relação entre a universidade e a escola, ela observa que as condições de formação deveriam melhorar, sobretudo os programas de estágios, "o estágio curricular não tem projeto claro, acompanhamento efetivo nem avaliação consistente. Precisaríamos de financiamento para os estágios".

Bernadete acredita que a questão salarial e de carreira tem que ocorrer paralelamente, "temos a Lei do Piso, que ajudou muito para algumas partes do Brasil, porque a gente tem diferenças. Tem de mudar a formação, mas também fazer estrutura de carreira mais condizente.

A carreira não é só salário inicial. Pela pesquisa que fizemos de atratividade, vimos que o jovem pensa na projeção a longo prazo. Qualquer profissional atua mais tranquilamente com melhor salário e carreira. Mas a gente tem dificuldade de olhar o professor como um profissional. Não tem prestígio. Eu sei que o custo do setor público seria bastante elevado, mas gastamos com tanta besteira.

A União precisa pôr mais dinheiro no Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). A educação determina melhoria na saúde, no cuidado do meio ambiente. Aprendi que não adianta discurso. Vamos ver para onde vai o dinheiro. Onde está o dinheiro é a verdadeira política. Onde está e como é usado".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Revista Veja	Editoria: Educação	Data: 02/09/2014
Assunto: Demanda		Página: on-line



NÚMERO DE LICENCIADOS SERIA SUFICIENTE PARA SUPRIR FALTA DE PROFESSORES NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Pesquisa revela ainda que o número total de vagas na graduação é três vezes maior que a demanda por professores estimada na educação básica

O número de estudantes de graduação licenciados entre 1990 e 2010 seria suficiente para suprir a demanda de professores no ensino público brasileiro, revela pesquisa inédita de José Marcelino de Rezende Pinto, professor da Universidade de São Paulo (USP) e especialista em financiamento da educação. A conclusão do estudo é que faltam, na realidade, profissionais interessados em seguir carreira dentro da sala de aula.

Para realizar a pesquisa, o autor cruzou a demanda atual por profissionais na educação básica com o número de formados nas diferentes disciplinas curriculares entre 1990 e 2010. Na disciplina de Biologia, por exemplo, são sete licenciados para cada vaga demandada na rede pública. Em Língua Portuguesa, o número de concluintes é 2,5 maior que demanda calculada, em torno de 131.000 formandos. Apenas em Física é possível afirmar, de fato, que o número de formandos não é suficiente para suprir a necessidade.

Os resultados apontam para a necessidade de tornar a profissão mais atrativa e de incentivar a permanência estudantil na área. "A grande atratividade de uma carreira é o salário. Mas, além da remuneração, o professor tem um grau de desgaste no exercício profissional muito grande. E isso espanta", afirma o pesquisador.

Leia também:

Apenas 32,8% dos professores têm formação específica

Manifesto cobra melhorias na educação brasileira

Como saber se o professor dá certo?

Ainda segundo o estudo, o número total de vagas na graduação é três vezes maior que a demanda por professores estimada nas disciplinas da educação básica. Em todas as áreas, só as vagas de graduação nas universidades públicas já seriam suficientes para atender à demanda. "Em vez de financiar novas vagas, muitas vezes em modalidade a distância sem qualidade, precisamos investir para que o aluno entre e conclua", diz Marcelino. Os cursos de formação de professores têm evasão maior que 30%, acima da média registrada por outras graduações.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Dados recentes mostram que há um déficit nas escolas brasileiras de 170.000 professores apenas nas áreas de Matemática, Física e Química. Só na rede estadual de São Paulo, 21% dos cargos necessários estavam vagos no ano passado. A maior lacuna era em Matemática e Português, esse último com falta de 7.100 docentes — o governo do Estado afirma que os alunos não ficam sem aula, mesmo que acompanhados por professores de outras formações.

Outro levantamento feito no início do ano pela ONG Todos Pela Educação com dados do Censo Escolar 2013 mostrou que apenas 32,8% dos professores que trabalham nas séries finais do ensino fundamental (5º ao 9º anos) têm licenciatura na área em que atuam. No ensino médio a porcentagem é de 48,3%. De acordo com o Censo Escolar, o Brasil tem 458.807 professores sem diploma de ensino superior – 21,9% de um total de 2.095.013 docentes em atividade.

O coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, diz que o resultado da pesquisa desconstrói um falso consenso sobre um "apagão" na carreira. "Os dados reforçam que a principal agenda na questão docente é a da valorização", diz. "Valorização é garantia de boa formação inicial e continuada, salário inicial atraente, política de carreira motivadora e boas condições de trabalho."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 02/09/2014
Assunto: Cartas		Página: 21

DIÁRIO CATARINENSE



Notícias do Dia

O que os jovens

pensam sobre

a política

Mais participação

Os adolescentes da Escola Jovem partem da realidade local para acreditar que sua opinião não mudaria as decisões que são tomadas no país. No colégio, por exemplo, eles dizem que raramente são ouvidos. "Queríamos ter mais participação nas decisões da escola", resume Caroline. Ela acredita que os estudantes deveriam escolher a direção através do voto, além de participar de reuniões importantes da unidade escolar.

O mesmo ocorre com a pista de skate pedida por Khristian e seus amigos. " Fizemos protesto, falamos com todo mundo, na prefeitura, na Câmara. Temos projeto há mais de dez anos. Prometeram que iam fazer e nunca fizeram", critica o adolescente, que mora em Ingleses.

A duplicação da estrada que leva até o bairro é outro exemplo dado por eles. "Prometeram que iam fazer há muito tempo. Só agora, que é época de eleição, resolveram mexer", aponta Natali.

São algumas das situações que refletem o motivo da descrença dos jovens pela política. Eles acham que não são ouvidos e que, por isso, não adianta se envolver. Deivisan dos Santos, 18, defende o contrário. Ele participou dos protestos de junho do ano passado e comemora a conquista de algumas melhoras. "O cartão social do transporte coletivo é um exemplo", pontua.

Para Nathalia Maia Martins, 17, omitir-se ou desprezar o direito de votar são escolhas negativas. "Não se muda a realidade estando fora dela", opina. Mais do que acreditar que a política não é algo bom, Tainara completa dizendo que "a falta de conhecimento das pessoas sobre o assunto é ruim".



Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Estado	Data: 31/08/2014
Assunto: Educação/ Eleições		Página: 4/5

Notícias do Dia

Número de eleitores entre 16 e 17 anos caiu 30% em relação a 2010. Em mesa redonda com a reportagem do *Notícias do Dia*, adolescentes contam porque não se interessam por política

STEFANI CEOLLA
stefani.ceolla@noticiasdodia.com.br

Tainara Ranski tem 17 anos e já poderia votar nestas eleições. Mas não vai. Seguindo os conselhos da mãe, decidiu não fazer o título de eleitor, facultativo na sua faixa etária. "Ela disse que quanto mais puder adiar, melhor", conta a adolescente. Christian Camargo, da mesma idade, também não fez o título. E mesmo que fizesse, não ajudaria a eleger ninguém. "É melhor ficar de fora. Quando for obrigatório, vou votar nulo", revela. Os dois têm motivos para não crer na política. O pai de Tainara teve problemas de saúde e passou meses esperando atendimento. Só conseguiu em período eleitoral. Christian anda de skate e desde criança observa os praticantes do esporte no bairro onde mora solicitando uma pista ao poder público. Ouviu promessas e cobrou a obra, que até agora, não saiu do papel.

Mesmo quem não tem um motivo pontual para descreer na política não se sente atraído por ela. As primas Caroline e Natali Tonato, ambas de 17 anos, também não fizeram o título de eleitor. Partem do princípio de que políticos são corruptos e de que sua opinião não interfere na vida do país. Preferem não votar.

E eles não são os únicos. Segundo dados do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), a faixa etária entre 16 e 17 anos representa proporcionalmente a menor fatia dos catarinenses aptos a votar nestas eleições, com menos de 1%. No cenário nacional, o total de eleitores com esta idade caiu mais de 30% em relação ao eleitorado de 2010. Naquele ano, havia 2,39 milhões de eleitores nesta faixa. Em 2014, são 1,63 milhão.

Para entender o motivo da falta de interesse dos adolescentes pela política, a reportagem do *Notícias do Dia* fez uma mesa redonda com oito estudantes do colégio Jacó Anderle, a Escola Jovem, no Norté de Florianópolis. O bate-papo foi organizado em parceria com a revista "its", do Grupo RIC. Eles contaram como veem a política, de que forma ela interfere no cotidiano e revelaram o que esperam dos governantes. Admitiram que não costumam ler sobre política em jornais ou revistas, acompanham pouco o noticiário, mas



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Estado

Data: 31/08/2014

Assunto: Educação/ Eleições

Página: 4/5

Notícias do Dia

Debate precisa ser mais atrativo

Além de Deivsan, Tainara, Khristian, Caroline e Natali, também participaram do bate-papo, Leticia Vieira, 16, Nathalia Maia Martins, 17, e Thiago Garcia, 18. Apenas os três últimos fizeram o título a tempo de votar em 5 de outubro deste ano. Leticia e Nathalia até já decidiram em quem votar. Costumam acompanhar notícias sobre política, pesquisar, conhecer os candidatos. Nathalia inclusive faz parte do movimento estudantil e participou do grupo jovem de um partido político. Para ela, o envolvimento dos adolescentes na política é fundamental.

“Um primeiro passo é entrar na juventude dos partidos. A gente participa de congressos, troca ideias com outros jovens, conhece muita gente começa a entender de política”, sugere Nathalia. Ela conta ainda que estes grupos incentivam a leitura sobre o tema, o que “dá uma boa base para discutir o assunto”, assegura. A adolescente sente que esse tipo de envolvimento se reflete em seu comportamento. Dona de um senso crítico aguçado, Nathalia avalia a política de forma ponderada. Evita generalizações e acredita que sim, seu voto é importante para o desenvolvimento do país.

Tainara, Natali e Caroline não têm a mesma base que Nathalia, mas afirmam que gostariam de entender a política, desde que fosse explicada de forma didática. “Deviam fazer palestras, falam pouco sobre isso nas aulas, e sem essa facilidade a gente se acomodou”, reconhece Natali. Elas contam que apenas na aula de sociologia, que ocorre uma vez por semana, o tema é discutido. Ainda assim, o debate é superficial. Para Leticia, aulas sobre o assunto no contraturno poderiam ser a solução.

Os políticos, para eles, também poderiam ter um discurso mais voltado aos jovens. “Eles usam palavras difíceis, muitas vezes não conseguimos entender o que eles dizem. Tornam tudo ainda mais confuso”, analisa Natali. Falar a linguagem dos jovens e defender temas que interferem diretamente em seu cotidiano, para Caroline, Deivsan, Khristian, Leticia, Natali, Nathalia, Tainara e Thiago, é um passo fundamental.



Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Estado

Data: 31/08/2014

Assunto: Educação/ Eleições

Página: 4/5

Notícias do Dia

Prós e contras

A lista de pontos negativos é extensa: promessas não cumpridas, corrupção, falta de proximidade com os políticos. Os jovens criticam também a falta de informação e de incentivo para participar do processo democrático. Revelam que falam pouco sobre o tema com a família e com os amigos. “Minha mãe me incentivou a fazer o título e votar”, conta Thiago. Mas quando ouve falar sobre política, geralmente é no sentido de que tudo é ruim”.

Já os pontos positivos foram mais difíceis de identificar. Os adolescentes concordaram em apenas um: conhecer a política aumenta o senso crítico. “Pedir um discurso verdadeiro é ingenuidade, mas é preciso entender o que está acontecendo”, defende Deivsan.

Universo eleitoral

Percentual de eleitores entre 16 e 17 anos de idade

